

## COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

### REQUERIMENTO N.º /2019

(Do Sr. Bosco Costa)

Requer a realização de Audiência Pública para discutir as ações do Governo Federal na política de preços do óleo diesel, o Programa Caminhoneiro e a criação do Cartão Caminhoneiro.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de Audiência Pública para discutir as ações do Governo Federal na política de preços do óleo diesel, o Programa Caminhoneiro e a criação do Cartão Caminhoneiro.

Para tanto, sugiro que sejam convidados:

1. Ministro da Infraestrutura TARCISIO GOMES DE FREITAS
2. Diretor-geral MARIO RODRIGUES JUNIOR - Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)
3. Presidente da Petrobras - Roberto Castello Branco
4. Presidente da ABCAM - José da Fonseca Lopes
5. Presidente da CNT - Vander Francisco Costa
6. Presidente da CNTTT - Omar José Gomes
7. Presidente da CNTA - Diumar Deléo Cunha Bueno

## JUSTIFICATIVA

“A mudança na política de preço do óleo diesel anunciada pela Petrobras, agora com ajuste a cada quinze dias, e não mais diariamente, ocorreu, segundo a própria empresa, “com o objetivo de conferir aos clientes maior previsibilidade à trajetória de preços”. Embora o texto não fale abertamente, os caminhoneiros são os clientes que, no momento, reivindicam o novo regime. E a medida da companhia, a primeira concreta após os trabalhadores demonstrarem capacidade de organização, não foi satisfatória. Atende, pela metade o que a categoria pede, que além de reajustes mensais, seja solucionada a questão do piso mínimo para o preço do frete”.

O trecho acima se refere à notícia de um veículo de grande circulação que trouxe a informação, mais uma vez, da possibilidade de greve dos caminhoneiros e traz à tona uma preocupação constante de todos os brasileiros: a economia deve parar caso haja justa reivindicação daqueles que transportam as maiores riquezas do país? Acredito que não.

Há tempos refiro-me à falência do principal modal de transporte de nosso País e reproduzo a seguir minha preocupação com o setor, já manifestada anteriormente no plenário desta Casa:

“O transporte terrestre em estradas e rodovias é responsável por 75% de todo o deslocamento daquilo que necessita circular dentro de nossas fronteiras, inclusive pessoas”. A importância do modal rodoviário pode ser observada também pela quantidade de brasileiros que usam os ônibus diariamente, de casa para o trabalho e do trabalho para casa, atravessando rodovias, estradas e vias secundárias para executar esse trajeto.

A falta de infraestrutura em outros modais pode explicar boa parte da concentração de 75% dos volumes transportados em nosso sistema rodoviário, mas há alguns outros motivos por detrás deste problema.

Por exemplo, o frete rodoviário ainda possui, mesmo com a multiplicação de pedágios e concessões e preços cada vez mais caros do óleo diesel, uma vantagem de custo considerável sobre o transporte em outros modais. Em relação à

malha ferroviária, por exemplo, trens e composições até ganham vantagem no transporte de insumos muito pesados e volumes gigantescos - minérios, por exemplo -, mas quando a carga é heterogênea e fracionada, o transporte em caminhões é consideravelmente mais barato.

Nesse sentido, falar sobre os caminhoneiros brasileiros é quase uma oração de graças ao Senhor pela sua existência. Percorrem o País de ponta a ponta, viajam nas mais perigosas estradas da América do Sul, vivem riscos constantes de assaltos nas rodovias e acidentes fatais devido à má conservação das estradas, sem contar com as intempéries.

Entretanto, o frete de transporte das mercadorias está cada vez mais distanciado do seu objetivo, que é remunerar correta e dignamente o caminhoneiro, enquanto as variações no preço do diesel impedem um planejamento mínimo na categoria em âmbito nacional, impossibilitando que o valor cobrado pelo frete se estabeleça de maneira competitiva.

O desequilíbrio entre oferta e demanda achata o valor do frete e pesa principalmente sobre caminhoneiros autônomos, que representam 45% dos frentistas, que, para negociar, dependem de agenciadores - empresas que se responsabilizam pela documentação do transporte e chegam a ficar com 40% do valor do frete.

Outro problema é que, sem fiscalização, menos de 15% dos fretes têm o registro necessário na ANTT para garantir que o caminhoneiro receba, além do valor do transporte, verbas como pedágio.

Há, no entanto, pressão de caminhoneiros e empresas para que a solução para a queda no preço dos fretes tenha uma regulação melhor e mais adequada aos dias atuais.

O País tem 3,2 milhões de caminhões, dos quais quase metade está apta a fazer frete (pegar carga de outra empresa e levá-la ao destino). A outra metade pode operar apenas para a própria empresa, sem registro da ANTT, segundo reportagem do jornal Folha de S.Paulo.

A Petrobrás anunciou um cartão para os caminhoneiros. Segundo a imprensa, esse cartão será lançado em 90 dias e “viabilizará a compra de óleo diesel



a preço fixo nos portos com a bandeira BR”. Desconhecemos a operacionalização desse cartão, temos diversas dúvidas quanto aos benefícios, aos caminhoneiros, e precisamos entendê-lo melhor, inclusive ouvindo as categorias envolvidas.

Cabe a nós Parlamentares cobrar do Poder Executivo soluções para o gravíssimo impasse. Uma melhor definição no preço do diesel, a melhora nas malhas rodoviárias, a diminuição de tributos para os caminhoneiros e a fixação de regras claras para o frete ajudarão o setor a sair da crise.

Por isso, conto com o apoio dos demais colegas parlamentares para a aprovação desse requerimento de audiência pública para que possamos discutir as ações do Governo Federal na política de preços do óleo diesel, o Programa Caminhoneiro e a criação do Cartão Caminhoneiro..

Sala da Comissão,                      de março de 2019.

Deputado **Bosco Costa**  
**PR/SE**